6.1.2.1. Cópias digitalizadas da comprovação documental em relação à qualificação e a capacidade técnica pertinente:

6.1.2.1.1. diplomas na área relacionada a linguagem artística, ou;

6.1.2.1.2. certificados de ministrante na área pertinente, emitidos até 05 (cinco) anos anteriores a publicação do edital (mínimo 02)

6.1.2.1.3. declaração de participação emitida por pessoa jurídica (para autôdata), emitida até 05 (cinco) anos anteriores a publicação do edital; (mínimo 02);

6.1.2.2. Currículo resumido do profissional e Portfólio devidamente identificado (evento, local e data) para verificação da experiência do Microempreendedor Individual (orientações no anexo 4 da inscrição) ;

6.1.2.3. Documento de autorização de Uso de Imagem, conforme Anexo 1 (da inscrição);

6.1.2.4. Deve estar prevista a atuação como instrutor, professor, especialista, oficinheiro, mestre ou outro termo relacionado no contrato/estatuto social para a atividade e atuação como MEI nas linguagens artísticas;

6.1.2.5. Cópia da Cédula de Identidade e Inscrição no CPF do Microempreendedor individual;

6.1.2.6. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

6.1.2.7. Certificado de Condição de Microempreendedor Individual;

6.1.2.8. Declaração do postulante de que possui situação regular com a Fazenda Pública Federal, do Estado do Pará e do Município de sua residência, Anexo 2 (da inscrição)

6.1.2.9. Certidão de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (realizar cadastro junto à Caixa Econômica Federal, com ou sem empregado). A

6.1.2.10. Apresentar a avaliação satisfatória do serviço prestado junto a esta FCP, conforme o item 5.2 deste edital.

6.1.3. Se Pessoa Física - PF:

6.1.3.1. Cópias digitalizadas da comprovação documental em relação à qualificação e a capacidade técnica pertinente:

6.1.3.2. diplomas na área relacionada a linguagem artística, ou;

6.1.3.3. certificados de ministrante na área pertinente, emitidos até 05 (cinco) anos anteriores a publicação do edital (mínimo 02)

6.1.3.4. declaração de participação emitida por pessoa jurídica (para autôdata), emitida até 05 (cinco) anos anteriores a publicação do edital; (mínimo 02)

6.1.3.5. Currículo resumido do profissional e Portfólio devidamente identificado (evento, local e data) para verificação da experiência do Microempreendedor Individual (orientações no Anexo 4 da inscrição) ;

6.1.3.6. Documento de autorização de Uso de Imagem, conforme Anexo 1 (da inscrição);

6.1.3.7. Os documentos anexos à Ficha de Inscrição deverão ser apresentados em formato PDF e legíveis;

6.1.3.8. Cópia da cédula de Identidade civil e CPF do candidato ou outro documento comprobatório conforme disposto em lei, tais como Passaporte, Carteira Nacional de Habilitação - CNH ou Carteira de Trabalho e Previdência Social- CTPS;

6.1.3.9. Cópia digitalizada do cartão do PIS/PASEP ou NIT ou qualquer documento que demonstre a numeração do mesmo;

6.1.3.10. Cópia digitalizada do comprovante de residência de até 3 (três) meses anteriores à data de inscrição no nome do interessado proponente;

6.1.3.10.1. Poderão ser aceitos como comprovante de endereço ou residência desde que estejam em nome do interessado ou de seus genitores cuja a identificação conste nos documentos dos interessados no cadastro, os seguintes documentos: contas de água, energia elétrica, telefone (fixo ou móvel), fatura de cartão de crédito, dentre outros;

6.1.3.10.2. Se o comprovante não estiver no nome do interessado, serão necessários além dos documentos descritos acima, o seguinte: Contrato de Aluguel ou declaração do proprietário do imóvel;

6.1.3.10.3. Contrato de aluguel deve ter a assinatura do proprietário do imóvel reconhecida em cartório.

6.1.3.10.4. Declaração do proprietário deve ter assinatura reconhecida em cartório e informar que o interessado reside no imóvel, conforme Anexo 03 (da inscrição);

6.1.3.11. Declaração do postulante de que possui situação regular com a Fazenda Pública Federal, do Estado do Pará e do Município de sua residência, conforme anexo 2 (da inscrição);

7. INFORMAÇÕES RELEVANTES

7.1. A falta de qualquer documento acima ou inobservância das recomendações deste edital acarretará no indeferimento da inscrição.

7.2. O ato de inscrição pressupõe plena concordância dos termos, das cláusulas e das condições deste credenciamento e de seus anexos, que passarão a integrar as obrigações, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e execução dos serviços.

7.3. Cada proponente poderá se inscrever em quantas linguagens, categorias, subcategorias e atividades que desejar, desde que comprove que se encontra habilitado para tal, seguindo as exigências descritas neste Edital.

7.4. O ato de inscrição de credenciamento não implica a contratação automática do credenciado por parte da FCP.

7.5. Os dados dos interessados que realizarem sua inscrição, credenciados ou não, passarão a fazer parte do banco de dados da FCP, podendo ser usados para fins de pesquisa e estudos acerca da distribuição demográfica dos profissionais e suas respectivas áreas de especialização dentro do território paraense.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA COMISSÃO ESPECIAL DE ANÁLISE DO CREDENCIAMENTO:

8.1. processo de credenciamento será conduzido pela Comissão Especial de Análise do Credenciamento (conforme item 1.1.1.), tendo como atribuições:

8.1.1. Examinar e decidir sobre os pedidos de impugnações e outras consultas sobre este edital.

8.1.2. Analisar os pedidos de inscrição dos interessados.

8.1.3. Conferir os documentos e emitir parecer técnico circunstanciado por pretendente quanto ao preenchimento dos requisitos para o credenciamento.

8.1.4. Receber, examinar e decidir sobre os pedidos de recurso referente à avaliação.

8.1.5. Elaborar e consolidar a lista de credenciados.

8.1.6. Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior (Presidente da FCP), propondo a publicação da lista dos credenciados habilitados.

8.1.7. Monitorar o cumprimento deste edital, portaria e dos atos normativos complementares dele decorrentes.

8.1.8. Receber, examinar e decidir sobre os pedidos de recurso referente à inscrição, ao credenciamento e à contratação.

8.1.9. Registrar em Ata a análise dos critérios objetivos de habilitação e juntar ao processo administrativo em que tramita este Edital.

8.1.10. Verificar se as postulações de credenciamento contêm justificativa fundamentada e se estão de acordo com a Instrução Normativa - ___/2024-FCP.

8.1.11. A lista de postulações consideradas deferidas pela Comissão serão homologadas e publicadas no site da FCP.

8.1.12. Para fins deste Edital de Credenciamento, o Presidente da Fundação Cultural do Pará delega a competência de efetivação e assinatura das publicações dos Credenciados e demais inerentes a este Edital ao Presidente da Comissão Especial de Análise do Credenciamento.

8.1.13. Também constará na lista a relação de pessoas cujo credenciamento foi indeferido ou cancelado, seja qual for o motivo, no mês anterior.

8.1.14. Poderá publicar, por motivo de interesse público, a relação parcial de postulações deferidas e homologadas no decorrer do mês de competência da proposição, devendo, contudo, cumprir ainda a regra disposta no item 11.8 quando do encerramento do prazo.

8.1.15. Proceder à avaliação de desempenho e ao descredenciamento dos que descumprirem as obrigações constantes deste edital.

8.1.16. Receber denúncias e adotar as providências administrativas para efetivar as consequências delas decorrentes.

8.1.17. Conduzir os trabalhos da equipe de apoio.

8.1.18. Resolver os casos omissos.

9. DAS ETAPAS REALIZADAS PELA COMISSÃO ESPECIAL DE ANÁLISE DO CREDENCIAMENTO

9.1. Habilitar através da análise e da conferência dos documentos exigidos entregues pelo proponente.

9.2. Declarar credenciados todos os proponentes cujos requerimentos estiverem de acordo com as exigências deste Edital, estando aptos para possíveis contratações em ações programadas pela FCP, durante a vigência deste Edital.

9.3. Analisar a documentação e, através de parecer/relatório circunstanciado, formalizar os deferimentos e indeferimentos das inscrições dos proponentes até então efetivados.

9.4. Publicar no Site Oficial da FCP, após a ratificação, até o prazo do 5º (quinto) dia útil de cada mês, uma lista consolidada em ordem alfabética e organizada por categoria e subcategoria dos credenciados, cujas postulações tenham sido protocoladas até o último dia útil do mês anterior.

9.5. Publicar relação dos descredenciados no mês anterior, conforme previsões contidas neste edital.

9.6. Caberá recurso no prazo de 03 (três) dias úteis quando houver indeferimento do credenciamento, ou promoção do descredenciamento do candidato, a partir da data da publicação da respectiva lista consolidada no site da FCP.

9.6.1. Os recursos serão interpostos exclusivamente através da plataforma do credenciamento e serão julgados pela Comissão Especial de Análise do Credenciamento e o Diretor do setor interessado demandante.

9.7. Julgar os recursos, caso haja provimento no julgamento e consolidar a lista dos credenciados, publicando-a no Site Oficial da FCP, que valerá para todos os fins de direito.

9.7.1. A publicação da lista no site da FCP com a relação dos credenciados poderá ser realizada no mês subsequente, sem que isso implique prejuízo à eventual contratação.

9.8. A condição de credenciado não gera direito subjetivo à contratação com a Administração Pública, tampouco em relação de trabalho, de qualquer natureza, garantindo tão somente igualdade de condições com os demais credenciados, para eventuais convocações, conforme a necessidade da FCP, bem como desburocratização na etapa habilitatória da respectiva contratação.

10. DOS CREDENCIADOS

10.1. Será considerado habilitado o candidato que apresentar toda a documentação solicitada e atender aos demais critérios constantes nos itens 3 ao 7.

10.2. O interessado que não tiver seu credenciamento deferido ou cujo credenciamento tiver sido cancelado poderá recorrer da decisão no prazo de 3 (três) dias a contar da ciência daquela.

10.3. O recurso deverá ser encaminhado exclusivamente para a plataforma do credenciamento, até às 14 horas do último dia do prazo, no horário oficial de Brasília - DF.

10.4. Caberá à Comissão Especial de Análise do Credenciamento decidir sobre o recurso no prazo de 03 (três) dias, a contar da confirmação do recebimento da mensagem eletrônica.

10.5. Os resultados dos recursos serão publicados no site da FCP.

10.6. Os credenciados do ano anterior serão considerados habilitados para os anos subsequentes, não necessitando de uma nova inscrição.

10.7. A atualização de documentação será solicitada no ato da contratação.